

Sobrevivência ou Colapso? B. F. Skinner, J. M. Diamond e o Destino das Culturas

Survival or Collapse? B. F. Skinner, J. M. Diamond and the Fate of Cultures

Alexandre Dittrich*
Universidade Federal do Paraná

Resumo

Um dos aspectos mais interessantes e polêmicos da obra de B. F. Skinner é sua interpretação sobre a evolução das culturas. De acordo com o autor, as conseqüências de práticas culturais retroagem sobre as culturas, no sentido de aumentar ou diminuir suas chances de sobrevivência. O livro “Colapso”, do biólogo e geógrafo norte-americano Jared Diamond, apresenta semelhanças marcantes com a teoria de Skinner, evidenciando que as conseqüências de práticas culturais têm influência decisiva sobre o destino das culturas. Este artigo busca detalhar tais semelhanças, argumentando que o livro de Diamond serve como complemento à teoria skinneriana, pois ilustra com exemplos concretos as afirmações gerais de Skinner sobre a evolução das culturas e, com isso, confere-lhes maior clareza e credibilidade.

Palavras-chave: Skinner, Burrhus Frederic; Diamond, Jared Mason; cultura; behaviorismo radical.

Abstract

One of the most interesting and polemic features of B. F. Skinner’s work is his interpretation about cultural evolution. According to that author, the consequences of cultural practices have a retroactive effect over the cultures, increasing or decreasing their chances of survival. The book “Collapse” – written by the north-American biologist and geographer Jared Diamond – shows remarkable resemblances with Skinner’s theory making clear that the consequences of cultural practices have a decisive influence over the fate of cultures. This paper aims to detail such resemblances, considering that Diamond’s book serves as a complement to Skinner’s theory, because it illustrates with concrete examples the general statements made by Skinner about cultural evolution and, by doing so, makes these statements clearer and more credible.

Keywords: Skinner, Burrhus Frederic; Diamond, Jared Mason; culture; radical behaviorism.

A marca dos grandes psicólogos é a capacidade de pensar o mundo a partir da psicologia – de analisar, a partir de suas teorias, uma ampla variedade de problemas, alguns dos quais podem até mesmo parecer, num primeiro momento, distantes do universo psicológico. B. F. Skinner (1904-1990) certamente se encaixa nesta categoria. Sua obra é um legado fascinante, um rico documento de sua trajetória na tentativa de compreender a complexidade do fenômeno humano. O behaviorismo radical e a análise do comportamento, obviamente, avançaram para além de Skinner, mas sua obra permanece como referência perene para todos os pesquisadores nesta área.

Notoriamente, os analistas do comportamento vêm demonstrando um interesse crescente por fenômenos sociais e culturais (p. ex., Andery, Micheletto & Sérgio, 2005; Glenn, 1988; Guerin, 1994; Lamal, 1997; Todorov, Martone & Moreira, 2005). Skinner, igualmente, dedicou-se à análise de tais fenômenos em diversos momentos ao longo de sua obra (p. ex., 1953/1965, 1971b, 1948/1978a, 1978f). Cer-

tamente, um dos aspectos mais interessantes e polêmicos da obra de Skinner é sua interpretação sobre a evolução das culturas. Ela parte de um fato aparentemente óbvio: a matéria-prima das culturas é o comportamento humano, entendido como relação indissolúvel e bidirecional entre o que o ser humano faz e as circunstâncias sob as quais ele o faz. As culturas caracterizam-se por suas práticas, e práticas culturais são conjuntos complexos de comportamentos executados por pessoas que interagem entre si, transformando seus ambientes físico e social. Tais práticas são não apenas modeladas e mantidas pelos membros de uma cultura, mas por eles transmitidas para as gerações seguintes. Assim definidas, práticas culturais caracterizam-se por produzir efeitos que retroagem sobre a própria cultura: “fazer uma ferramenta, cultivar alimento ou ensinar uma criança”, por exemplo, são práticas culturais (Skinner, 1981/1984, p. 478). Elas são compostas por interações complexas entre diferentes operantes, possivelmente emitidos por diferentes indivíduos. Operantes, como sabemos, geram por si sós conseqüências que determinam a probabilidade futura de respostas da mesma classe. Mas os efeitos dos quais Skinner trata quando discorre sobre práticas culturais são de outro tipo: “é o efeito sobre o grupo, não as conseqüências reforçadoras para membros individuais, que é responsá-

* Endereço para correspondência: Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Praça Santos Andrade, 50, 2º andar, sala 215, Centro, Curitiba, PR, 80060-240. Tel.: (41) 3310 2625; Fax: (41) 3310 2641. E-mail: aledittrich@ufpr.br

vel pela evolução da cultura” (1981/1984, p. 478). Obviamente, conseqüências reforçadoras são um pré-requisito para o surgimento e manutenção dos operantes que integram práticas culturais. Mas tais práticas geram também conseqüências que – tenham ou não efeito reforçador sobre certos operantes – retroagem sobre as culturas no sentido de aumentar ou diminuir suas chances de sobrevivência (Skinner, 1953/1965, 1971b, 1981/1984).

O conceito de sobrevivência das culturas pode parecer excessivamente abstrato para os membros de muitas das culturas atuais. Culturas podem, de fato, desaparecer? Em caso positivo, por que isso acontece? É para essas questões que o biólogo e geógrafo norte-americano Jared Diamond busca respostas em seu mais recente livro, “*Colapso*”, lançado em 2005 e traduzido no Brasil no mesmo ano. Há certas diferenças, na verdade, entre o que Diamond chama de “colapso” e o completo desaparecimento de uma cultura: “Como colapso refiro-me a uma drástica redução da população e/ou complexidade política, econômica e social, numa área considerável, durante um longo tempo. O fenômeno do colapso é, portanto, uma forma extrema de diversos tipos mais brandos de declínio” (p. 17). Não obstante, muitos dos casos relatados por Diamond em sua obra tratam, de fato, de culturas que desapareceram por completo: “Nos piores casos de colapso total, todos os membros de uma sociedade emigram ou morrem” (p. 19).

Embora Diamond não faça referência a Skinner em nenhum momento, a obra serve como uma espécie de complemento à teoria skinneriana, ilustrando com exemplos concretos as afirmações gerais de Skinner sobre a evolução das culturas e, com isso, conferindo-lhes maior credibilidade e tornando-as mais facilmente compreensíveis. O livro anterior de Diamond, *Armas, germes e aço* (1997/2001), já havia ensejado comparações com a interpretação analítico-comportamental das culturas (Lamal, 1999; Vyse, 2001), em especial por sua ênfase sobre a influência decisiva de fatores ambientais na evolução cultural. Em *Colapso*, igualmente, os pontos de aproximação são bastante evidentes. Apontaremos, a seguir, algumas das várias convergências entre a teoria da evolução cultural de Skinner e as evidências históricas apresentadas por Diamond.

Os Fatores que Influenciam as Chances de Sobrevivência ou Colapso das Culturas

A obra de Diamond busca apontar os fatores que, isoladamente ou em conjunto, ameaçam a sobrevivência das culturas. Destes, o principal é o gerenciamento inadequado dos recursos ambientais dos quais depende uma sociedade. Ao tratar de culturas passadas – objeto de análise na maior parte do livro –, Diamond agrupa tais processos nas seguintes categorias:

desmatamento e destruição do hábitat, problemas com o solo (erosão, salinização e perda da fertilidade), problemas com o controle da água, sobrecaça, sobrepesca, efeitos da introdução de outras espécies sobre as espécies nativas e aumento *per capita* do

impacto do crescimento demográfico. (2005, p. 18-19)

Nos dias atuais, os problemas ambientais com os quais nos defrontamos incluiriam, além dessas categorias, mais quatro: “mudanças climáticas provocadas pelo homem, acúmulo de produtos químicos tóxicos no ambiente, carência de energia e utilização total da capacidade fotosintética do planeta” (2005, p. 22). Estes processos, por sua vez, podem gerar graves conseqüências sociais, que incluem “escassez de comida, fome, guerras onde muita gente luta por poucos recursos, e derrubada de elites governantes pelas massas desiludidas” (p. 19).

A preocupação com os problemas ambientais e com suas possíveis conseqüências para o futuro das culturas é evidente também na obra de Skinner (1971b, 1973/1978c, 1976/1978d, 1985, 1987, 1989a) – embora, é claro, Skinner não especifique, com a precisão de Diamond, quais destes problemas representaram ou representam maior ameaça para as culturas. Na comunidade utópica retratada em “*Walden II*” (1948/1978a) as questões ambientais são, igualmente, consideradas parte importante do dia-a-dia, e o consumo de recursos naturais é mantido sob padrões razoáveis.

Diamond, porém, aponta para outros fatores que precipitaram o colapso de culturas.¹ Além do próprio dano ambiental (que compreende todos os processos listados há pouco), o autor cita mais quatro fatores: mudanças climáticas (neste caso, as naturais – isto é, não influenciadas pelo homem), vizinhança hostil (guerras, invasões, etc.), declínio de parcerias comerciais essenciais e, por fim, as respostas da sociedade aos seus problemas ambientais (ou a ausência delas) (2005, p. 27-31). Destes, o primeiro (dano ambiental) e o último (respostas da sociedade aos seus problemas ambientais) estão obviamente interligados, e recebem destaque na obra de Diamond. São também especialmente relevantes para analistas do comportamento interessados em planejamento cultural, pois apontam diretamente para a influência das práticas culturais sobre o futuro das culturas.² Mas note-se que, na seguinte passagem, Skinner cita, direta ou indiretamente, fatores semelhantes aos demais destacados por Diamond:

Nenhuma cultura está em permanente equilíbrio. As contingências necessariamente mudam. O ambiente físico muda, conforme as pessoas mudam de lugar, conforme muda o clima, conforme recursos naturais são consumidos, ou desviados para outros usos, ou inutilizados, e assim por diante. Contingências sociais também mudam, conforme muda o tamanho do grupo ou seu contato com outros grupos, ou conforme as agências

¹ Na verdade, o autor afirma não conhecer “nenhum caso em que o colapso de uma sociedade possa ser atribuído integralmente a dano ambiental: sempre há outros fatores que contribuem” (2005, p. 26). Pouco depois, nota que certos colapsos podem ser explicados sem qualquer participação deste fator: “Obviamente, é verdade que fatores militares ou econômicos são suficientes” (p. 31).

² Diamond afirma que “a resposta da sociedade a um problema depende de instituições políticas, econômicas e sociais e de seus valores culturais” (2005, p. 31), mas aponta, ao longo do livro, diversos fatores que influenciam as decisões institucionais e os valores culturais.

controladoras tornam-se mais ou menos poderosas ou competem entre si, ou conforme o controle exercido leva a contracontrole na forma de fuga ou revolta. (1971b, p. 128)

Mais uma vez, o mérito de Diamond está em delimitar com mais precisão e explorar com exemplos detalhados os efeitos de cada um dos fatores que contribuem para o colapso das culturas.

A Sobrevivência das Culturas como um Valor Prospectivo

Seria excessivamente simplista meramente dividir as culturas entre aquelas que sobreviveram e aquelas que pereceram. Culturas, presumivelmente, variam em seu *valor de sobrevivência*: algumas são mais fortes do que outras, no sentido de se mostrarem mais aptas a enfrentar ameaças (reais ou possíveis) à sua sobrevivência. Elas podem estar em ascensão ou em declínio no mesmo sentido.

É impossível, contudo, determinar a força de uma cultura sem certo grau de arbitrariedade. Como apontam tanto Diamond (2005) quanto Skinner (1971a, 1955-1956/1972a), o futuro das culturas nunca é totalmente previsível – e, portanto, nenhuma cultura pode estar absolutamente segura sobre as ameaças que enfrentará. Nas palavras de Skinner:

a sobrevivência temporária de uma cultura não é prova de que é uma boa cultura. Todas as culturas atuais obviamente sobreviveram, muitas delas sem grandes mudanças por séculos, mas isso não quer dizer que elas são culturas melhores do que outras que pereceram ou sofreram modificações drásticas sob circunstâncias mais competitivas. O princípio de sobrevivência não nos permite alegar que o status quo deve ser bom porque ele está aqui agora. (1953/1965, p. 432)

Culturas em declínio obviamente sobrevivem até seu desaparecimento, mas isso não quer dizer, é claro, que suas práticas tenham valor de sobrevivência. A velocidade do declínio de uma cultura pode variar bastante. Os casos estudados por Diamond evidenciam isso. Os colapsos das sociedades maia, anasazi e da Ilha de Páscoa mostram que:

o rápido declínio de uma sociedade pode começar uma década ou duas após tais sociedades atingirem o seu auge em população, riqueza e poder. . . A razão é simples: os máximos de população, riqueza, consumo de recursos e produção de rejeitos significam máximo impacto ambiental, aproximando-se do limite no qual o impacto supera os recursos. (2005, p. 608)

Há, porém, exemplos de resistência mais prolongada. A população da Ilha Henderson, na Polinésia, sofreu um duro golpe quando, por volta de 1500, viu-se impossibilitada de importar alguns bens (conchas de ostras, vidro vulcânico, basalto, plantas e animais) das Ilhas Pitcairn e Mangareva. Não obstante, “as datações radiocarbônicas sugerem que, lutando desta forma para sobreviver, a população de Henderson sobreviveu durante várias gerações, possivelmente um século ou mais, após o fim do contato com Mangareva e Pitcairn” (p. 167). Por fim, ao tratar do colapso das colônias nórdicas na Groenlândia durante a

Idade Média, Diamond distingue entre razões mediatas – “fatores subjacentes de longo prazo por trás do lento declínio” – e razões imediatas – “o golpe final na sociedade enfraquecida” (2005, p. 324), evidenciando que apenas uma análise abrangente da história da colonização nórdica na ilha pode, de fato, explicar seu destino. Como igualmente aponta Skinner, “culturas e espécies pobremente adaptativas podem sobreviver por um longo tempo” (1971b, p. 130). O ponto a ser destacado nos três exemplos é o mesmo: o mero fato de uma cultura estar viva não garante que seja uma cultura com valor de sobrevivência; indica tão-somente que suas práticas permitiram, *até aquele momento*, que ela sobrevivesse – mas ela pode estar em declínio, de forma mais ou menos acelerada. O valor de sobrevivência de uma cultura deve ser avaliado considerando-se não apenas sua capacidade atual de resolver problemas, mas também suas perspectivas quanto ao futuro: ela está preparada para enfrentá-lo? A história da evolução das culturas, em resumo, não é apenas a história de culturas que sobreviveram ou pereceram, mas a história de culturas cujo valor de sobrevivência oscilou (e oscila) continuamente. Boas culturas não são apenas culturas que sobrevivem, mas culturas com boas *perspectivas* de sobrevivência – culturas nas quais a permanência de um *status quo* seja mais do que um feliz acidente, e nas quais o futuro seja uma preocupação constante.

Tradição e Mudança

Uma cultura sobrevive quando seus membros sobrevivem (no sentido genético) e transmitem suas práticas às gerações seguintes. Isso não significa, porém, que apenas culturas que nunca mudam suas práticas sobrevivem. Nem o surgimento, nem o desaparecimento, nem a transformação de práticas culturais são intrinsecamente bons ou ruins para a sobrevivência das culturas. Tudo depende das contingências de sobrevivência que incidem sobre a cultura e da relação de tais contingências com as práticas em questão: “O valor de sobrevivência muda conforme mudam as condições” (Skinner, 1971b, p. 175). Disso segue uma importante conclusão: se a sobrevivência de práticas culturais não promove, invariavelmente, a sobrevivência das culturas; e se o desaparecimento de práticas culturais não promove, invariavelmente, o desaparecimento das culturas; então, promover a sobrevivência de *práticas culturais* não é o mesmo que promover a sobrevivência de *culturas* (enquanto conjuntos particulares e mutáveis de práticas culturais). Na verdade, uma cultura torna-se, provavelmente, ainda mais eficiente quando não apenas modifica práticas culturais, mas também reforça entre seus membros a “prática de mudar a prática” em função de suas possíveis consequências no longo prazo (Skinner, 1953/1965, 1969, 1961/1972c). Se “a simples prática de fazer mudanças deve ter tido valor de sobrevivência” (Skinner, 1955-1956/1972a, p. 4), uma cultura que reforça a experimentação cultural deve aumentar sensivelmente suas possibilidades de sucesso. Os habitantes de Walden II, por exemplo, são estimulados a “olhar cada hábito e costume tendo em vista um pos-

sível aperfeiçoamento” (Skinner, 1948/1978a, p. 31). Contudo, Skinner também nota que a mera mudança de práticas culturais não garante, por si só, a sobrevivência das culturas. Sob certas circunstâncias, ela pode também ser prejudicial. Dois extremos devem, em suma, ser evitados pelas culturas: “respeito excessivo pela tradição e medo da novidade, por um lado, e mudança excessivamente rápida por outro” (Skinner, 1971b, p. 153) – dado que o fetichismo, quer da transformação, quer do conservadorismo, não apresenta, *per se*, qualquer valor de sobrevivência. Uma cultura com valor de sobrevivência promoverá a sobrevivência de seus membros e a transmissão de suas práticas, *sejam elas quais forem*. Práticas culturais devem ser vistas como instrumentos mutáveis e provisórios *a serviço* da sobrevivência das culturas. Assim, ao defender a sobrevivência das *culturas* enquanto valor, Skinner toma-as como conjuntos dinâmicos de práticas culturais, cujo valor de sobrevivência é variável, e depende da relação destas práticas com as contingências de sobrevivência.

A importância de manter ou modificar práticas culturais é um tema recorrente na obra de Diamond: “Talvez o segredo do sucesso ou fracasso de uma sociedade esteja em saber a quais valores³ fundamentais se apegar, e quais descartar e substituir por novos quando os tempos mudarem” (2005, p. 518). O “respeito excessivo pela tradição e medo da novidade”, em especial, surge como determinante para o colapso de certas culturas. A adoção de costumes tipicamente europeus e cristãos entre os colonizadores da Groenlândia acelerou seu declínio, pois alguns destes costumes (na agricultura, na pecuária, na caça e na pesca) simplesmente não se adaptavam às condições ambientais da ilha. A insistência na criação de vacas, por exemplo, exigia dos colonos muito de seu trabalho e energia, pois elas: só encontravam pastagens durante os três meses sem neve do verão. No resto do tempo, tinham de ser mantidas em estábulos e alimentadas com feno e outras forragens cuja produção se tornou a principal tarefa do verão dos fazendeiros da Groenlândia. (Diamond, 2005, p. 273)

Nem sempre o feno era suficiente, porém, e eventualmente a alimentação das vacas tinha que ser complementada com algas. No início do verão, quando a neve derretia e o pasto ressurgia, as vacas podiam, enfim, ser retiradas de seus estábulos e levadas para o campo, “mas a essa altura estavam tão fracas que não podiam andar e tinham de ser carregadas” (2005, p. 274).

Diamond, porém, deixa claro que a insistência em práticas culturais desvantajosas não nos permite desqualificar a “inteligência” de seus praticantes. Ela justifica-se, via de regra, porque tais práticas geravam bons resultados nos ambientes onde eram originalmente aplicadas, e as exigências do novo ambiente nem sempre são imediatamente perceptíveis. É natural que o grupo tente repetir as práti-

cas que deram resultado até aquele momento. Os nórdicos, por exemplo:

como todos os povos colonizadores ao longo da história, chegaram com seu próprio conhecimento, valores culturais e estilo de vida, baseados em gerações de experiências nórdicas na Noruega e na Islândia. . . Este é um tema comum ao longo da história e também no mundo moderno. . . os valores aos quais as pessoas se apegam mais fervorosamente em condições inadequadas são aqueles que antes eram fonte de seus maiores triunfos sobre a adversidade. (2005, p. 334)

Abandonar valores, sem dúvida, é uma tarefa árdua. Sobre isso, eis o que afirma Skinner:

Uma ruptura completa com o passado é impossível. O planejador de uma nova cultura estará sempre ligado à sua cultura, dado que ele não poderá libertar-se inteiramente das predisposições que têm sido geradas pelo ambiente social no qual tem vivido. Em alguma medida, ele vai, necessariamente, planejar um mundo do qual *ele* gosta. (1971b, p. 164)

O processo de adaptação de um grupo social a um novo ambiente é lento, e nem sempre se completa a tempo de garantir a sobrevivência do grupo, como mostra Diamond. Ainda de acordo com o autor, a própria disposição à mudança de uma cultura pode depender das conseqüências de tentativas anteriores de mudança. Eis o que diz Diamond (2005), por exemplo, sobre a rigidez e o conservadorismo atribuídos ao povo islandês:

Meus amigos islandeses me explicaram que esta visão conservadora é compreensível quando se reflete acerca da fragilidade ambiental da Islândia. Os insulares se tornaram condicionados por sua longa história de experiências para concluir que, não importando a mudança que tentassem fazer, era muito mais provável tornar as coisas piores que melhores. . . Experiências que os islandeses tentaram ao longo de sua história acabaram em desastre, cujas provas estão em toda parte ao redor deles, sob a forma de terras altas com paisagem lunar, antigas fazendas abandonadas e áreas de fazendas erodidas que sobreviveram. De todas essas experiências, os islandeses chegaram à seguinte conclusão: este não é um país onde possamos desfrutar do luxo da experiência. (p. 247)

O grau em que as culturas são explicitamente influenciadas por problemas enfrentados no passado, porém, é bastante variável, a julgar pelos exemplos de Diamond. As conseqüências desastrosas da introdução de raposas e coelhos no ambiente australiano pelos colonos ingleses (em nome da preservação de uma “identidade européia”) fizeram com que, nos dias atuais, houvesse um maior controle sobre a introdução de espécies exóticas no país (2005, p. 503-504); em outras palavras, os australianos “aprenderam com seus erros”. Mas a decorrência de um grande espaço de tempo após uma crise parece favorecer o “esquecimento” de qualquer potencial lição que ela tenha deixado, em especial em culturas que não registram sua história por escrito (p. 504-505). Contudo, isso não parece ser um pré-

³ Embora utilize a palavra “valores”, Diamond refere-se diretamente às práticas dos grupos sociais para ilustrá-los (p. ex., 2005, p. 467-473).

requisito para que o “esquecimento” aconteça, como mostram alguns fatos recentes:

Durante um ano ou dois depois da escassez de combustível de 1973, durante a crise do petróleo no Golfo Pérsico, nós americanos fugimos de carros bebedores de gasolina, mas então esquecemos tal experiência e adotamos utilitários esportivos, não obstante a quantidade de volumes impressos sobre os eventos de 1973. Quando a cidade de Tucson no Arizona passou por uma grande seca na década de 1950, seus cidadãos alarmados juraram que iriam cuidar melhor de sua água, mas logo voltaram aos seus hábitos perdulários de cultivar campos de golfe e regar jardins. (Diamond, 2005, p. 505)

Os exemplos registram um fato familiar para os análises do comportamento: a mera perspectiva de que certas conseqüências de longo prazo ocorram não basta quando o objetivo é o controle eficiente do comportamento humano. No campo do planejamento cultural, o comportamento *precisa* ser controlado por conseqüências de curto prazo para que produza conseqüências benéficas de longo prazo: “Trabalharemos pela sobrevivência de nossa cultura, se o fizermos, por causa dos reforçadores pessoais que são efetivos por causa de nossa dotação genética, conforme eles venham a emergir naturalmente ou como parte de nosso ambiente cultural” (Skinner, 1971a, p. 551). A utilização de reforçadores imediatos para a produção de comportamentos com conseqüências favoráveis à sobrevivência das culturas é a própria essência da idéia de planejamento cultural.

Bem Público e Bem Privado, Longo Prazo e Curto Prazo

Especialmente nos dias de hoje, decisões tomadas por governos e empresas têm influência decisiva sobre os problemas enfrentados pelas culturas – entre eles, obviamente, os problemas relativos à questão ambiental. O livro de Diamond está repleto de exemplos de colapsos que têm como um de seus principais ingredientes elites políticas completamente displicentes em relação aos problemas enfrentados por seu povo e desinteressadas em relação ao seu futuro. Em detrimento disso, tais elites, via de regra, agem visando seu próprio enriquecimento, glória e prestígio, ou promovendo guerras e competições com outras culturas – necessariamente explorando, para tanto, os recursos e a energia dos governados. Foi o caso, por exemplo, dos reis e nobres maias e dos chefes da Ilha de Páscoa e da Groenlândia Nórdica. Sobre esta última, afirma Diamond:

a estrutura da sociedade nórdica criou um conflito entre os interesses de curto prazo daqueles que estavam no poder, e os interesses de longo prazo da sociedade como um todo. Muito do que os chefes e o clero valorizavam acabou se revelando danoso para a sociedade. (2005, p. 335)

Este parece ser um padrão recorrente:

os interesses da elite que toma as decisões entram em conflito com os do restante da sociedade. Especialmente se a elite pode se precaver das conseqüências de seus atos, ela tende a fazer coisas em seu próprio benefício, sem se incomodar que tais ações venham a prejudicar

outros. (Diamond, 2005, p. 514)

Na obra de Skinner, encontramos reflexões semelhantes. Diz o autor que:

a única forma de promover as mudanças necessárias e com a rapidez necessária – isto é, controlar o crescimento demográfico, promover estilos de vida mais simples, com menos desperdício e prejuízo para o meio ambiente –, seria se a indústria, a igreja ou o governo, os que têm o poder, se dispusessem a implementá-las. (1983, p. 4)

As perspectivas de que isso aconteça, porém, não são animadoras: “Governos, religiões e sistemas capitalistas, tanto públicos quanto privados, controlam a maioria dos reforçadores da vida cotidiana; eles devem usá-los, como sempre fizeram, para seu próprio engrandecimento, e não têm nada a ganhar renunciando a seu poder” (Skinner, 1987, p. 7). Afirma também o autor:

Os detentores do poder econômico, os que têm dinheiro, vão continuar a usá-lo para produzir lucros rápidos, sem qualquer preocupação com os problemas globais... Quanto aos políticos, eles estão sempre preocupados com a próxima eleição e, portanto, indispostos a pregar sacrifícios hoje para preservar o futuro. (1983, p. 4)

É comum que os governantes disponham de seu poder em benefício próprio, a expensas da coletividade à qual deveriam servir (Skinner, 1974, 1985, 1987). A institucionalização do poder político destaca uma elite especializada, que não toma contato direto com os problemas da população (Skinner, 1969).

Nas raras ocasiões em que Skinner deixa transparecer certa esperança de modificar o *status quo* das sociedades atuais através de políticas reformistas, seu raciocínio dirige-se rapidamente para a conclusão de que isso é, afinal, impossível:

Mesmo se as mudanças fossem cuidadosamente programadas, e fossem apenas lentamente na direção correta, elas seriam resistidas tão logo ficasse claro que ameaçassem governos, religiões e empreendimentos econômicos. Também não seria possível apelar ao povo buscando apoio, porque ele também seria produto de culturas anteriores. . . Construir uma nova cultura desde o início pode ser nossa única esperança. (1987, p. 12)

Parte da solução, para Skinner, reside em submeter os governantes às mesmas contingências que controlam os governados – fazendo com que suas decisões afetem, portanto, o seu próprio cotidiano. O princípio democrático da igualdade entre os cidadãos é empregado em Walden II (1948/1978a) de forma supostamente mais eficiente do que nas democracias atuais. A dedicação exclusiva dos planejadores à sua função não é permitida, e o período de seus mandatos é limitado. Além disso, o mundo no qual governantes e governados vivem é, basicamente, o mesmo. Para o planejador de Walden II, explorar o povo e suas riquezas seria o equivalente a explorar o ambiente e as pessoas com quem convive diariamente.

Diamond toca no mesmo ponto, e ilustra-o com alguns exemplos:

A incapacidade de resolver problemas percebidos devido a conflitos de interesse entre a elite e as massas são muito menos prováveis em sociedades onde a elite não pode se eximir das conseqüências de seus atos. . . A alta conscientização ambiental dos holandeses (incluindo a de seus políticos) provém do fato de que a maioria da população – tanto os políticos quanto as massas – vivem em uma terra abaixo do nível do mar, onde apenas os diques se interpõem entre eles e a inundaçã, de modo que um mau planejamento de terras feito pelos políticos os colocaria em perigo. Do mesmo modo, os chefes das terras altas da Nova Guiné, que vivem nos mesmos tipos de cabanas que os demais habitantes, recolhem lenha e madeira nos mesmos lugares que os demais, portanto foram altamente motivados a resolver a necessidade de uma silvicultura sustentável para sua sociedade. (2005, p. 515-516)

Retornando a Walden II, é importante notar que a comunidade fictícia de Skinner tem a vantagem de ser pequena, com algo em torno de mil habitantes. Sociedades formadas por grandes populações, por outro lado, facilitam a formação de castas políticas isoladas e burocratizadas; em conseqüência, diferentes contingências atingem governantes e governados (Skinner, 1969, p. 43). A excessiva hierarquização e burocratização do poder político impede que o agente político seja afetado pelas conseqüências (boas ou más) de suas ações sobre a população – não apenas pelo fato de que, em certo sentido, ele não faz parte dessa população, mas também porque o caminho a ser percorrido até que uma decisão política gere conseqüências práticas é longo e tortuoso (o explorador “não sente culpa” porque não é afetado pelos efeitos nocivos de sua atividade). A arena política torna-se, assim, um terreno fértil para a satisfação de interesses particulares, divergentes dos interesses comunitários.

No campo das políticas ambientais, conforme aponta Diamond, é evidente a necessidade de “praticar raciocínio de longo prazo, e tomar decisões antecipadas firmes, corajosas, em um tempo em que os problemas se tornam perceptíveis mas antes de assumirem proporções críticas” (2005, p. 624). Skinner também destaca, com freqüência, o papel do planejador cultural como alguém cuja principal função é prever tendências com a maior segurança possível, a fim de preparar a cultura antecipadamente para enfrentá-las (1953/1965, 1955-1956/1972a, 1961/1972c). As práticas políticas atuais, porém, parecem representar a própria antítese desta recomendação. Diamond comenta sobre o “pensamento de 90 dias” que caracterizaria, via de regra, as decisões no campo político: tal pensamento concentra-se “apenas em assuntos que possam vir a irromper em crise nos próximos 90 dias” (p. 624). O autor aponta um provável motivo para que o planejamento de longo prazo seja, ainda, raro entre a classe política: é bastante cômodo deixar “as conseqüências ruins . . . para a nova geração”, se considerarmos o fato óbvio de que “esta geração não pode votar ou se queixar hoje” (p. 519). Trata-se, portanto, de uma estratégia fácil para evitar o contracontrole.

Nem tudo, porém, é motivo para pessimismo. Diamond cita diversos exemplos de planejamento de longo prazo bem sucedido, tanto no setor público quanto no privado, e destaca o papel das ONGs neste sentido (2005, p. 624-625). Sintetizando as lições deixadas pelas culturas abordadas em seu livro, Diamond aponta para os temas tratados nesta seção e na anterior: “Dois tipos de escolha me parecem cruciais para o sucesso ou o fracasso: planejamento a longo prazo e vontade de reconsiderar antigos valores” (p. 623-624).

Capitalismo e Contracontrole

Assim como no mundo da política, também no mundo dos negócios são comuns exemplos de empresas cujos interesses estão em conflito com os da população. Como nota Diamond, “aquilo que rende dinheiro para uma empresa, ao menos em curto prazo, pode ser nocivo para a sociedade como um todo” (2005, p. 528). Mais uma vez, isso fica evidente nas questões ambientais. Diamond aborda o problema de modo bastante direto: empresas não apenas geram lucro, mas têm a obrigação de fazê-lo. Não se deve, portanto, esperar que adotem espontaneamente práticas ambientalmente corretas, a não ser que isso reverta em benefícios financeiros (como ocorreu, por exemplo, no caso da petrolífera Chevron – p. 528-540). Empresas não são instituições beneficentes; elas fazem o que devem fazer em uma economia capitalista: maximizam o retorno para seus acionistas, dentro dos marcos legais que regulamentam sua atividade (p. 577). A responsabilidade pelas práticas das empresas, portanto, é do público, pois “é o público, seja diretamente ou através de seus políticos, que tem o poder de tornar não lucrativas e ilegais políticas ambientais destrutivas e fazer as políticas ambientais sustentáveis lucrativas” (p. 578). A conclusão de Diamond aponta diretamente para a importância do contracontrole das atividades empresariais.

Não há nenhuma dúvida sobre a necessidade do contracontrole, quer seja o controle ao qual se oferece oposição exercido deliberadamente através das técnicas de uma ciência do comportamento ou não (Skinner, 1956/1972b). De acordo com Skinner, “todo controle é recíproco, e um intercâmbio entre controle e contracontrole é essencial para a evolução de uma cultura” (1971b, p. 182-183). Perguntado sobre “quem” exerceria o poder em uma sociedade planejada, Skinner responde, repetidamente, que o problema realmente importante diz respeito não a quem controlará, mas às circunstâncias sob as quais o poder será exercido (1953/1965, 1971b, 1971/1972e, 1974, 1972/1978b, 1977/1978e). Os membros de uma cultura, enquanto responsáveis por tais circunstâncias, certamente têm um papel fundamental de vigilância e controle sobre a atividade política e empresarial.⁴ A fim de controlar eficientemente as práticas ambientais das empresas, Diamond sugere di-

⁴ Pode-se, porém, invocar uma desculpa freqüente para não agir, que Diamond chama de “NEPM”: “Não é problema meu” (2005, p. 513, 519).

versas estratégias de contracontrole (obviamente, sem chamá-las por este nome): processar empresas que adotam práticas prejudiciais ao ambiente; consumir produtos gerados de modo sustentável, e evitar os demais; pressionar governos a contratar empresas ambientalmente responsáveis e a criar e fazer cumprir boas legislações ambientais; ou simplesmente votar em candidatos comprometidos com a agenda ambiental (p. 578, 663). Contudo, Diamond alerta para o fato de que as práticas de contracontrole não deveriam basear-se apenas na coerção:

A maioria dos exemplos de ativismo do consumidor envolveu tentar embaraçar publicamente uma empresa por fazer algo errado, e esta abordagem única é infeliz, porque deu aos ambientalistas a reputação de serem barulhentos, deprimentes, chatos e negativos. Os consumidores ativistas também poderiam influenciar tomando iniciativas para louvar empresas de cujas políticas gostassem (Diamond, 2005, p. 664).

Para aqueles familiarizados com a obra de Skinner, seria desnecessário apontar a semelhança desta passagem com as freqüentes recomendações do autor sobre a adoção de práticas de controle positivamente reforçadoras, em detrimento de práticas coercivas – também ilustradas em *Walden II* (1948/1978a).

Embora Diamond (2005) limite-se a apontar as formas de contracontrole possíveis em uma economia capitalista, sua obra não deixa de revelar diversas das vicissitudes deste regime: a riqueza inevitavelmente atrai imigrantes pobres, não raro vistos pelos habitantes locais de forma preconceituosa (como no caso dos imigrantes haitianos na República Dominicana – cap. 11); mesmo que uma nação proteja seus próprios recursos ambientais, pode fazê-lo simplesmente “exportando” os danos ambientais gerados por seus níveis de consumo interno (como no caso das importações de madeira pela China de países como Malásia, Gabão, Papua-Nova Guiné e Brasil –p. 445); empresas podem buscar cumprir seu objetivo de gerar lucros procurando contornar qualquer tipo de dispositivo legal que vise beneficiar a população (como no caso das mineradoras do estado norte-americano de Montana, que diante da promulgação, em 1971, de uma lei que as obrigava a limpar suas minas após a extração de minerais, passaram a declarar falência antes da limpeza –p. 571); a privatização de produtos e serviços de alta qualidade em sociedades com serviços públicos de má qualidade isola as elites dos problemas da sociedade que a cerca (p. 621); a busca desenfreada pelo crescimento, naturalmente estimulada entre os países em desenvolvimento (a China é, novamente, o caso prototípico, mas não único), tende a produzir uma situação ambiental simplesmente insustentável dentro de pouco tempo (p. 445-447, 592-593). Sobre este último problema, eis o que afirma Diamond, expondo uma situação contraditória:

Mesmo que a população do Terceiro Mundo não existisse, seria impossível para o Primeiro Mundo manter o padrão atual, porque não está em estado sustentável e, sim, exaurindo os seus recursos e os

importados do Terceiro Mundo. No momento, é politicamente impossível para os líderes do Primeiro Mundo proporem aos seus cidadãos que baixem o seu padrão de vida, através do menor consumo de recursos e da menor produção de rejeitos. O que acontecerá quando os povos do Terceiro Mundo finalmente se derem conta de que os padrões de vida de Primeiro Mundo são inalcançáveis, e que o Primeiro Mundo recusa-se a abandonar tais padrões? A vida é cheia de escolhas angustiantes baseadas em dilemas, mas este é o dilema mais cruel que teremos de resolver: encorajar e ajudar todas as pessoas a adquirirem um padrão de vida mais alto, sem minar tal padrão através da exploração excessiva dos recursos globais. (2005, p. 593)

Diante de tal quadro, torna-se compreensível a sugestão de Skinner de que as nações desenvolvidas “desenriqueçam”: “A felicidade é um valor perigoso, e a busca da felicidade tem claramente sido excessivamente bem sucedida. . . É possível que a espécie humana seja ‘consumida por aquilo que lhe alimentou’” (1973/1978c, p. 32). Transparece em *Walden II* a preocupação em manter o consumo de recursos em um nível que garanta conforto, mas evite excessos desnecessários, desperdício e poluição (1948/1978a, 1985). Por sua vez, “o socialismo, assim como o capitalismo, está comprometido com o crescimento e, portanto, com o consumo exagerado e a poluição” (1976/1978d, p. 65).

Considerações Finais

É fato notório da história recente a progressiva interdependência e inter-relação entre as culturas, em especial no que tange a aspectos políticos e econômicos. Tal fato tem influência decisiva sobre a evolução cultural: “A globalização torna impossível às sociedades modernas entrarem em colapso isoladamente. . . Pela primeira vez na história, enfrentamos o risco de um colapso global” (Diamond, 2005, p. 41). Já em 1974, Skinner reconhecia, igualmente, que “os grandes problemas são agora globais” (p. 251).

A mensagem final de Diamond, porém, é otimista. Parte dos fatores que determinam o colapso das culturas independe do que fazem seus membros – notadamente, fatores ambientais típicos de um certo local, como características climáticas, do solo, etc. Contudo, para além de tais fatores, o destino das culturas depende diretamente do comportamento de seus integrantes – sobretudo de como eles administram os recursos que possuem (2005, p. 373-374, 524). As ciências certamente detêm um papel importante neste sentido (p. ex., p. 367), assim como as organizações da sociedade civil (p. ex., p. 423). Os cientistas, aponta Skinner, tendem a levar o futuro em consideração com mais seriedade, pois estão habituados a coletar dados, projetar tendências e intervir sobre os fenômenos que estudam (1973/1978c). Skinner também deposita esperanças nas atitudes de outros profissionais (intelectuais, professores,

jornalistas) que denomina, em conjunto com os cientistas, como os não comprometidos (*uncommitted*⁵) (1987, p. 8), ou o quarto estado (1983, 1989b).

O fortalecimento do poder de contracontrole exercido pelos não comprometidos parece, em princípio, constituir uma alternativa interessante de ação política. Skinner mesmo reconhece que “práticas governamentais, religiosas e econômicas estão, indubitavelmente, começando a ser afetadas” pela ação desses profissionais (1989b, p. 120). Contudo, isso não parece ser suficiente. Skinner mostra-se desiludido com a ineficácia e a falta de agilidade de tais profissionais: “Os não comprometidos trabalham devagar . . . e nosso problema parece demandar ação imediata” (1987, p. 12). Além disso, “seus protestos são necessariamente dirigidos aos governos, religiões e sistemas econômicos, e param ali” (p. 13). Por fim, “o principal *modus operandi* dessas organizações [compostas pelos não comprometidos] é amedrontar as pessoas, ao invés de oferecer-lhes um mundo ao qual elas se voltarão por causa das conseqüências reforçadoras de fazê-lo” (p. 13).

As reflexões de Skinner nos conduzem, naturalmente, ao campo das políticas públicas. A importância delas para o destino das culturas é imediatamente evidente, e a obra de Diamond oferece vários exemplos concretos disso (2005, p. 449-451, 470-471, 494, 510-511). A despeito das reservas de Skinner, fortalecer o poder de contracontrole da sociedade civil – e, em especial, do quarto estado – a fim de influenciar políticas públicas pode ser, neste momento histórico, a única forma de evitar um colapso global.

Referências

- Andery, M. A. P. A., Micheletto, N., & Sérgio, T. M. A. P. (2005). A análise de fenômenos sociais: Esboçando uma proposta para a identificação de contingências entrelaçadas e metacontingências. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 1, 149-165.
- Diamond, J. (2001). *Armas, germes e aço: Os destinos das sociedades humanas* (S. Costa, C. Cortes & P. Soares, Trans.). Rio de Janeiro, RJ: Record. (Original publicado em 1997)
- Diamond, J. (2005). *Colapso: Como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso* (A. Raposo, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Record.
- Glenn, S. S. (1988). Contingencies and metacontingencies: Toward a synthesis of behavior analysis and cultural materialism. *The Behavior Analyst*, 11, 161-179.
- Guerin, B. (1994). *Analyzing social behavior: Behavior analysis and the social sciences*. Reno, NV: Context Press.

- Hornby, A. S., & Wehmeier, S. (Eds.). (2000). *Oxford advanced Learner's Dictionary*. Oxford, UK: OUP.
- Lamal, P. A. (1997). *Cultural contingencies: Behavior analytic perspectives on cultural practices*. Westport, CT: Praeger.
- Lamal, P. A. (1999). The really big picture: A review of *Guns, Germs and Steel: The Fates of Human Societies* by Jared Diamond. *The Behavior Analyst*, 22(1), 73-76.
- Skinner, B. F. (1965). *Science and human behavior*. New York: Macmillan. (Original publicado em 1953)
- Skinner, B. F. (1969). Utopia as an experimental culture. In B. F. Skinner (Ed.), *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis* (pp. 29-49). New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1971a). A behavioral analysis of value judgments. In E. Tobach, L. R. Aronson & E. Shaw (Eds.), *The biopsychology of development* (pp. 543-551). New York: Academic Press.
- Skinner, B. F. (1971b). *Beyond freedom and dignity*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1972a). Freedom and the control of men. In B. F. Skinner (Ed.), *Cumulative record: A selection of papers* (pp. 3-18). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1955-1956)
- Skinner, B. F. (1972b). Some issues concerning the control of human behavior. In B. F. Skinner (Ed.), *Cumulative record: A selection of papers* (pp. 25-38). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1956)
- Skinner, B. F. (1972c). The design of cultures. In B. F. Skinner (Ed.), *Cumulative record: A selection of papers* (pp. 39-50). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1961)
- Skinner, B. F. (1972e). Why are the behavioral sciences not more effective? In B. F. Skinner (Ed.), *Cumulative record: A selection of papers* (pp. 421-428). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1971)
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1978a). *Walden II: Uma sociedade do futuro* (R. Moreno & N. R. Saraiva, Trans.). São Paulo, SP: EPU. (Original publicado em 1948)
- Skinner, B. F. (1978b). Freedom and dignity revisited. In B. F. Skinner (Ed.), *Reflections on behaviorism and society* (pp. 195-198). Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall. (Original publicado em 1972)
- Skinner, B. F. (1978c). Are we free to have to have a future?. In B. F. Skinner (Ed.), *Reflections on behaviorism and society* (pp. 16-32). Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall. (Original publicado em 1973)
- Skinner, B. F. (1978d). Walden Two revisited. In B. F. Skinner (Ed.), *Reflections on behaviorism and society* (pp. 56-66). Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall. (Original publicado em 1976)
- Skinner, B. F. (1978e). Human behavior and democracy. In B. F. Skinner (Ed.), *Reflections on behaviorism and society* (pp. 3-15). Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall. (Original publicado em 1977)
- Skinner, B. F. (Ed.). (1978f). *Reflections on behaviorism and society*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1983, 15 jun.). Estado de alerta máximo [Entrevista]. *Veja*, 16, 3-6.
- Skinner, B. F. (1984). Selection by consequences. *The Behavioral and Brain Sciences*, 7, 477-481. (Original publicado em 1981)

⁵ A definição formal da palavra na língua inglesa é bastante esclarecedora: “que não deu ou prometeu apoio a uma pessoa, grupo, crença, ação, etc. particular” (Hornby & Wehmeier, 2000, p. 1465). Este apoio, para Skinner, refere-se a “governos, religião e capital”, mas o autor alerta para o fato de que somos “livres para considerar um futuro mais remoto . . . somente na medida em que somos, de fato, não comprometidos [com tais instituições]. Se há entre nós líderes no governo, na religião e nos negócios, eles estão conosco na medida em que não estão comprometidos com suas respectivas instituições.” (1987, p. 8).

- Skinner, B. F. (1985). News from nowhere, 1984. *The Behavior Analyst*, 8, 5-14.
- Skinner, B. F. (1987). Why we are not acting to save the world. In B. F. Skinner, *Upon further reflection* (pp. 1-14). Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1989a). The Behavior of Organisms at fifty. In B. F. Skinner, *Recent issues in the analysis of behavior* (pp. 121-135). Columbus, OH: Merrill.
- Skinner, B. F. (1989b). A new preface to Beyond Freedom and Dignity. In B. F. Skinner, *Recent issues in the analysis of behavior* (pp. 113-120). Columbus, OH: Merrill.
- Todorov, J. C., Martone, R. C., & Moreira, M. B. (Eds.). (2005). *Metacontingências: Comportamento, cultura e sociedade*. Santo André, SP: ESE Tec.
- Vyse, S. (2001). World history for behavior analysts: Jared Diamond's Guns, Germs, and Steel. *Behavior and Social Issues*, 11, 80-87.